

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

<p>Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 27 ago. 2020</p>	<p>Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.</p>
<p>Emenda Constitucional n. 107, de 2 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 jul. 2020</p>	<p>Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos.</p>

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

<p>Lei Complementar n. 175, de 23 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 24 set. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências.</p>
<p>Lei Complementar n. 174, de 5 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 6 ago. 2020</p>	<p>Autoriza a extinção de créditos tributários apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), mediante celebração de transação resolutiva de litígio; e prorroga o prazo para enquadramento no Simples Nacional em todo o território brasileiro, no ano de 2020, para microempresas e empresas de pequeno porte em início de atividade.</p>

1.3 LEIS ORDINÁRIAS

<p>Lei n. 14.066, de 30 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no DOU de 1º out. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).</p>
---	---

<p>Lei n. 14.065, de 30 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no DOU de 1º out. 2020</p>	<p>Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p>
<p>Lei n. 14.061, de 23 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 24 set. 2020</p>	<p>Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.060, de 23 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 24 set. 2020</p>	<p>Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009.</p>
<p>Lei n. 14.058, de 17 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 18 set. 2020</p>	<p>Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.</p>
<p>Lei n. 14.057, de 11 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 14 set. 2020</p>	<p>Disciplina o acordo com credores para pagamento com desconto de precatórios federais e o acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública e dispõe sobre a destinação dos recursos deles oriundos para o combate à Covid-19, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>Lei n. 14.052, de 8 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 9 set. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei.</p>
<p>Lei n. 14.048, de 24 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 25 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho).</p>
<p>Lei n. 14.047, de 24 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 25 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.</p>

<p>Lei n. 14.046, de 24 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 25 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>
<p>Lei n. 14.045, de 20 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 21 ago. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir linha de crédito destinada aos profissionais liberais que atuem como pessoa física, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, para criar o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Microempresas e para Pequenas e Médias Empresas e o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.</p>
<p>Lei n. 14.043, de 19 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 20 ago. 2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.042, de 19 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 20 ago. 2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac); altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 13.999, de 18 de maio de 2020; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.041, de 18 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 19 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>
<p>Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 19 ago. 2020</p>	<p>Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.</p>
<p>Lei n. 14.039, de 17 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 18 ago. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade.</p>
<p>Lei n. 14.036, de 13 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 14 ago. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para estabelecer a forma de repasse pela União dos valores a serem aplicados pelos Poderes Executivos locais em ações emergenciais de apoio ao setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e as regras para a restituição ou a suplementação dos valores por meio de outras fontes próprias de recursos pelos Estados, pelos Municípios ou pelo Distrito Federal.</p>
<p>Lei n. 14.035, de 11 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 12 ago. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para a aquisição ou contratação de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p>

<p>Lei n. 14.034, de 5 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 6 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis n os 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.</p>
<p>Lei n. 14.033, de 4 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 5 ago. 2020</p>	<p>Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no valor de R\$ 639.034.512,00 (seiscentos e trinta e nove milhões, trinta e quatro mil quinhentos e doze reais), para os fins que especifica.</p>
<p>Lei n. 14.032, de 4 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 5 ago. 2020</p>	<p>Abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 2.113.789.466,00 (dois bilhões, cento e treze milhões, setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica.</p>
<p>Lei n. 14.031, de 28 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimento realizado por instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada, coligada, filial, sucursal ou agência domiciliada no exterior; altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, entre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, e a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que dispõe, entre outras matérias, sobre a Letra Financeira; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.030, de 28 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis n os 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.029, de 28 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.</p>
<p>Lei n. 14.028, de 27 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 28 jul. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para garantir que o receituário médico ou odontológico de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo tenha validade pelo menos enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção do surto da Covid-19, na forma que especifica.</p>
<p>Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 16 jul. 2020</p>	<p>Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.</p>



<p>Lei n. 14.025, de 14 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 15 jul. 2020</p>	<p>Altera excepcionalmente as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos que especifica e ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.</p>
<p>Lei n. 14.024, de 9 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 10 jul. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) durante o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<p>Lei n. 14.023, de 8 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 9 jul. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para determinar a adoção de medidas imediatas que preservem a saúde e a vida de todos os profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p>
<p>Lei n. 14.022, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 8 jul. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</p>
<p>Lei n. 14.021, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 8 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.</p>
<p>Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 7 jul. 2020</p>	<p>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis n os 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 14.019, de 2 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 jul. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid-19.</p>

1.4 DECRETOS

<p>Decreto n. 10.502, de 30 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no DOU de 1º out. 2020</p>	<p>Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.</p>
---	---

<p>Decreto n. 10.501, de 30 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no DOU de 1º out. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019, que institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado.</p>
<p>Decreto n. 10.496, de 28 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 29 de set. 2020</p>	<p>Institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.</p>
<p>Decreto n. 10.494, de 23 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 24 de set. 2020</p>	<p>Institui o PagTeseuro como plataforma digital para pagamento e recolhimento de valores à Conta Única do Tesouro Nacional.</p>
<p>Decreto n. 10.491, de 23 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 24 de set. 2020</p>	<p>Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.</p>
<p>Decreto n. 10.490, de 17 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 18 de set. 2020</p>	<p>Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.</p>
<p>Decreto n. 10.489, de 17 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 18 de set. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, que regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.488, de 16 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 16 de set. 2020- Edição extra</p>	<p>Regulamenta a Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, altera o Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020, e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 10.480, de 1º de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 2 de set. 2020</p>	<p>Dispõe sobre medidas para estimular o desenvolvimento da infraestrutura de redes de telecomunicações e regulamenta a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015.</p>
<p>Decreto n. 10.470, de 24 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 24 de ago. 2020 - Edição extra</p>	<p>Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.465, de 18 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 19 de ago. 2020</p>	<p>Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.</p>
<p>Decreto n. 10.464, de 17 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 18 de ago. 2020</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</p>

<p>Decreto n. 10.457, de 13 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 14 de ago. 2020</p>	<p>Regulamenta o incentivo de que trata o art. 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.</p>
<p>Decreto n. 10.456, de 11 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 12 de ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o horário de retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República pelas emissoras de radiodifusão sonora e regulamenta os casos excepcionais de flexibilização ou de dispensa.</p>
<p>Decreto n. 10.455, de 11 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 12 de ago. 2020</p>	<p>Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.</p>
<p>Decreto n. 10.454, de 10 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 de ago. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Comando da Marinha do Ministério da Defesa.</p>
<p>Decreto n. 10.453, de 10 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 de ago. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.117, de 19 de novembro de 2019, que dispõe sobre a qualificação de projetos para ampliação da capacidade de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p>
<p>Decreto n. 10.452, de 10 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 de ago. 2020</p>	<p>Promulga o texto do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010.</p>
<p>Decreto n. 10.451, de 10 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 de ago. 2020</p>	<p>Institui o Comitê Gestor do Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado.</p>
<p>Decreto n. 10.450, de 10 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 11 de ago. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal.</p>
<p>Decreto n. 10.449, de 7 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 10 de ago. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, para dispor sobre a supervisão direta das entidades vinculadas ao Ministério do Turismo.</p>
<p>Decreto n. 10.448, de 7 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 10 de ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 74 (ACE74), firmado pela República Federativa do Brasil e pela República do Paraguai, em 11 de fevereiro de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.447, de 7 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 10 de ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a qualificação das unidades de conservação Parque Nacional de Brasília, localizado no Distrito Federal, e Parque Nacional de São Joaquim, localizado no Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização.</p>

<p>Decreto n. 10.446, de 6 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 6 de ago. 2020- Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre a regulamentação da celebração de aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016, de que trata a Lei nº 13.499, de 26 de outubro de 2017, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.437, de 22 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 23 de jul. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, e o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União.</p>
<p>Decreto n. 10.433, de 21 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 22 de jul. 2020</p>	<p>Institui o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República.</p>
<p>Decreto n. 10.431, de 20 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 21 de jul. 2020</p>	<p>Institui a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.</p>
<p>Decreto n. 10.430, de 20 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 21 de jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Saneamento Básico.</p>
<p>Decreto n. 10.425, de 16 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 17 de jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o Conselho de Participação em Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e sobre o Conselho de Participação em Operações de Crédito Educativo.</p>
<p>Decreto n. 10.422, de 13 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 14 de jul. 2020</p>	<p>Prorroga os prazos para celebrar os acordos de redução proporcional de jornada e de salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.</p>
<p>Decreto n. 10.421, de 9 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 10 de jul. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020, que autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.</p>
<p>Decreto n. 10.420, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 8 de jul. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.</p>
<p>Decreto n. 10.418, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 8 de jul. 2020</p>	<p>Regulamenta a verificação do cumprimento das normas gerais de inatividade e pensões do Sistema de Proteção Social dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, de que tratam os art. 24-A, art. 24-B e art. 24-C do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, nos termos do disposto no parágrafo único do art. 24-D do referido Decreto-Lei.</p>
<p>Decreto n. 10.417, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.U. de 8 de jul. 2020</p>	<p>Institui o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.</p>

Decreto n. 10.416, de 7 de julho de 2020 Publicado no D.O.U. de 8 de jul. 2020	Autoriza o uso de videoconferência nas reuniões de colegiados da administração pública federal.
Decreto n. 10.415, de 6 de julho de 2020 Publicado no D.O.U. de 7 de jul. 2020	Institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência.
Decreto n. 10.414, de 2 de julho de 2020 Publicado no D.O.U. de 3 de jul. 2020	Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF.
Decreto n. 10.413, de 2 de julho de 2020 Publicado no D.O.U. de 2 de jul. 2020- Edição extra	Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar n. 225, de 6 de agosto de 2020 Publicada no D.O.E. de 6 ago. 2020	Altera o inciso X do art. 2º da Lei Complementar nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.
Lei Complementar n. 224, de 27 de julho de 2020 Publicada no D.O.E. de 28 jul. 2020	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 30, e revoga o parágrafo único do art. 22 e o parágrafo único do art. 46, todos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabelece a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

2.2 LEIS ORDINÁRIAS

Lei n. 20.334, de 30 de setembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 30 set. 2020	Dispõe sobre a utilização dos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, por meio do Fundo Estadual de Cultura do Estado do Paraná.
Lei n. 20.333, de 28 de setembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 29 set. 2020	Suspende os prazos de validade dos concursos públicos já homologados durante o período de vigência de calamidade pública no Estado do Paraná, em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2.
Lei n. 20.329, de 24 de setembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 24 set. 2020	Altera e acresce dispositivos às Leis nº 16.748, de 29 de dezembro de 2010, nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, e nº 17.528, de 25 de março de 2013, para fins de unificação dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e estabelece outras providências.
Lei n. 20.328, de 18 de setembro de 2020 Publicada no D.O.E. de 18 set. 2020	Autoriza o pagamento da subvenção econômica nos contratos de aprendizagem em caráter emergencial para minimizar os efeitos da situação de calamidade pública no Estado do Paraná.

<p>Lei n. 20.327, de 18 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 18 set. 2020</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito, não reembolsável, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.</p>
<p>Lei n. 20.322, de 31 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 15 set. 2020</p>	<p>Autoriza o Ministério Público do Estado do Paraná a realizar transferência financeira ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, conforme específica.</p>
<p>Lei n. 20.321, de 9 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 15 set. 2020</p>	<p>Estabelece medidas a serem adotadas no âmbito do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da Região Metropolitana de Curitiba para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (Covid-19).</p>
<p>Lei n. 20.320, de 11 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 14 set. 2020</p>	<p>Extingue o Fundo Judiciário criado pela Lei nº 15.337, de 22 de dezembro de 2006, e autoriza a transferência dos recursos desse fundo para o Poder Executivo.</p>
<p>Lei n. 20.310, de 10 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 10 set. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 19.293, de 13 de dezembro de 2017, que isenta o doador de sangue do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos e processos seletivos realizados no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.303, de 31 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 31 ago. 2020</p>	<p>Altera dispositivo da Lei nº 18.573, de 30 de setembro de 2015, que instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná, dispôs quanto ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, e adotou outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.302, de 31 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 31 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a organização e o funcionamento das centrais de abastecimento administradas pelas Centrais de Abastecimento do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.301, de 31 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 31 ago. 2020</p>	<p>Formaliza a retirada do Governo do Estado do Paraná do Consórcio Intergestores da 5ª Região de Saúde – CIS5ªRS, conforme estabelecido no Protocolo de intenções e na Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.</p>
<p>Lei n. 20.291, de 17 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 19 ago. 2020</p>	<p>Inclui o inciso IX no art. 156 da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007 [que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná].</p>
<p>Lei n. 20.285, de 12 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 12 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a doação de ciclos apreendidos por ato administrativo ou de polícia, para instituições não governamentais.</p>
<p>Lei n. 20.284, de 07 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 12 ago. 2020</p>	<p>Altera o art. 8º da Lei nº 17.895, de 27 de dezembro de 2013 [que autoriza a transformação da Autarquia Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA em Empresa Pública], e cria o quadro de empregos em comissão no âmbito da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme específica.</p>

<p>Lei n. 20.281, de 5 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 5 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre o exercício da atividade esportiva eletrônica no Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.276, de 29 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 31 jul. 2020</p>	<p>Proíbe as instituições financeiras de ofertar e celebrar contrato de empréstimo de qualquer natureza, com aposentados e pensionistas, por ligação telefônica, no âmbito do Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.267, de 22 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 28 jul. 2020</p>	<p>Altera dispositivos das Leis nº 19.848, de 3 de maio de 2019 [que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual]; nº 19.811, de 5 de fevereiro de 2019 [que cria o Programa Parcerias do Paraná] e dá outras providências.</p>
<p>Lei n. 20.266, de 21 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 28 jul. 2020</p>	<p>Altera dispositivo da Lei nº 4.684, de 23 de janeiro de 1963 [que autoriza o Poder Executivo a constituir uma sociedade por ações, sob a denominação social de COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DO PARANÁ - AGEPAR e dá outras providências].</p>
<p>Lei n. 20.265, de 28 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 28 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a concessão de isenção do pagamento das Taxas de Estada nos Pátios do Detran/PR e nos Pátios da PMPR em atenção às diretrizes e medidas de saúde para o enfrentamento do novo Coronavírus – Covid-19, no Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.264, de 24 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 24 jul. 2020</p> <p>Republicada no Publicada no D.O.E. de 27 jul. 2020</p>	<p>Proíbe, no Estado do Paraná, a posse, o uso, a fabricação, a comercialização e o transporte de linhas cortantes, popularmente conhecidos como cerol e linha chilena, e adota demais providências.</p>
<p>Lei n. 20.259, de 15 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 15 jul. 2020</p>	<p>Obriga as concessionárias de serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Estado do Paraná a transferir a titularidade da conta de água e de esgoto para o consumidor final, na forma que especifica.</p>
<p>Lei n. 20.255, de 30 de junho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2020</p>	<p>Altera dispositivos da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, com base nos §§ 2º e 3º do inciso II do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.</p>
<p>Lei n. 20.254, de 30 de junho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2020</p>	<p>Altera o inciso VI do art. 6º da Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a concessão e a manutenção do Título de Utilidade Pública a entidades no Estado do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.253, de 29 de junho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação dos cálculos de reajuste, revisão ou alteração tarifária pelas prestadoras de serviços públicos delegados do Paraná.</p>
<p>Lei n. 20.250, de 29 de junho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2020</p>	<p>Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, com base nos §§ 2º e 3º do inciso II do art. 155 da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, e dá outras providências.</p>

<p>Lei n. 20.249, de 30 de junho de 2020</p> <p>Publicada no D.O.E. de 2 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a autorização para filiação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Fazenda às entidades que especifica e dá outras providências.</p>
--	--

2.3 DECRETOS

<p>Decreto n. 5.822, de 29 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 29 set. 2020</p>	<p>Estabelece o TaxiGOVPR como meio de transporte oficial no deslocamento dos servidores em atividades administrativas, delega poderes à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, para determinar o recolhimento de veículos dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Paraná e recomenda a utilização da modalidade de web conferência quando houver a necessidade da realização de reuniões ou similares.</p>
<p>Decreto n. 5.811, de 28 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 28 set. 2020</p>	<p>Aprova o Sistema Rodoviário Estadual –2019 elaborado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR.</p>
<p>Decreto n. 5.809, de 28 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 28 set. 2020</p>	<p>Institui, no âmbito do governo do Estado do Paraná, o Comitê Estratégico para elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.</p>
<p>Decreto n. 5.807, de 28 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 28 set. 2020</p>	<p>Altera o art. 10 do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].</p>
<p>Decreto n. 5.798, de 28 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 28 set. 2020</p>	<p>Institui o Programa “Feito no Paraná” e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 5.797, de 28 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 28 set. 2020</p>	<p>Altera § 5º do art. 7º do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].</p>
<p>Decreto n. 5.692, de 18 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 18 set. 2020</p>	<p>Promove alterações no Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].</p>
<p>Decreto n. 5.687, de 17 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 17 set. 2020</p>	<p>Altera a destinação das taxas de serviços recolhidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná previstas na Lei nº11.019, de 28 de dezembro de 1994, alterada pela Lei nº16.943, de 10 de novembro de 2011 e Lei nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019.</p>
<p>Decreto n. 5.686, de 15 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 15 set. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19.</p>

<p>Decreto n. 5.679, de 14 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 14 set. 2020</p>	<p>Regulamenta o regime de Teletrabalho para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Poder Executivo do Estado do Paraná, previsto na Lei Estadual nº 19.776, de 18 de dezembro de 2018.</p>
<p>Decreto n. 5.672, de 14 de setembro de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 14 set. 2020</p>	<p>Institui o Plano de Apoio ao Empreendedorismo Digital.</p>
<p>Decreto n. 5.513, de 28 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 28 ago. 2020</p>	<p>Acresce os seguintes incisos X e XI ao art. 2º do Decreto nº 5.441, de 17 de agosto de 2020 [que institui o Comitê Técnico Interinstitucional de Cooperação para Pesquisa, Desenvolvimento, Testagem, Fabricação e Distribuição de Vacina contra Sars-CoV-2 (COVID-19), no âmbito do Estado do Paraná].</p>
<p>Decreto n. 5.506, de 24 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 24 ago. 2020</p>	<p>Institui o Comitê especial de proteção aos direitos do trabalhador durante a Crise do COVID-19 no Estado do Paraná.</p>
<p>Decreto n. 5.464, de 18 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 18 ago. 2020</p>	<p>Altera dispositivo do Decreto 4.960, de 2 de julho de 2020, que institui o “Comitê Volta às Aulas”.</p>
<p>Decreto n. 5.444, de 17 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2020</p>	<p>Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].</p>
<p>Decreto n. 5.441, de 17 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2020</p>	<p>Institui o Comitê Técnico Interinstitucional de Cooperação para Pesquisa, Desenvolvimento, Testagem, Fabricação e Distribuição de Vacina contra Sars-CoV-2 (COVID-19), no âmbito do Estado do Paraná.</p>
<p>Decreto n. 5.394, de 12 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 12 ago. 2020</p>	<p>Altera e acrescenta os dispositivos que especifica, no Decreto nº 4.993, de 31 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, para a elaboração de termos de referência e de contratos para aquisição de bens e prestação de serviços pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, bem como altera dispositivos no Decreto nº 4.189, de 25 de maio de 2016, que define competências e procedimentos para a realização de despesas no âmbito do Poder Executivo.</p>
<p>Decreto n. 5.393, de 12 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 13 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a execução do Programa Brigada Comunitária e dá outras providências.</p>
<p>Decreto n. 5.371, de 7 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 7 ago. 2020</p>	<p>Introduz alterações no Decreto n.º 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo e disciplina os procedimentos para o enquadramento.</p>
<p>Decreto n. 5.370, de 7 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 7 ago. 2020</p>	<p>Autoriza a Secretaria de Estado da Fazenda a estabelecer modalidade adicional ao limite global de valores de crédito acumulado do ICMS passíveis de transferência no exercício de 2020, na forma</p>

<p>Decreto n. 5.369, de 7 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 7 ago. 2020</p>	<p>Autoriza a liquidação de créditos tributários de ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, inscritos em dívida ativa, com crédito acumulado de ICMS, habilitado perante o Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados Siscred, nas condições que especifica.</p>
<p>Decreto n. 5.309, de 06 de agosto de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 6 ago. 2020</p>	<p>Aprova o Regulamento do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID.</p>
<p>Decreto n. 5.284, de 29 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 29 jul. 2020</p>	<p>Altera dispositivos do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].</p>
<p>Decreto n. 5.220, de 21 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 21 jul. 2020</p>	<p>Promove alterações no Decreto nº 4.379, de 26 de março de 2020 [que divulga condutas vedadas aos Agentes Públicos dos órgãos da Administração Direta e Indireta no ano eleitoral de 2020].</p>
<p>Decreto n. 5.163, de 15 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 15 jul. 2020</p>	<p>Institui o “Grupo de Trabalho – Plano de Custeio – GT-PC”, com vistas a apresentar novo Plano de Custeio para o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS.</p>
<p>Decreto n. 5.162, de 15 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 15 jul. 2020</p>	<p>Altera o § 2º do art. 14 e acresce as alíneas “g” e “h” ao inciso II do art. 18, ambos do Decreto nº 2428, de 14 de agosto de 2019.</p>
<p>Decreto n. 5.158, de 15 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 15 jul. 2020</p>	<p>Estabelece os procedimentos e critérios necessários ao processo de extinção da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – CODAPAR, nos termos fixados pela lei n. 20.121 de 31 de dezembro de 2019 de que trata o novo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.</p>
<p>Decreto n. 5.155, de 15 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 15 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a alienação de bens móveis declarados inservíveis ou desnecessários ao serviço público e bens móveis e imóveis cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, de propriedade dos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.</p>
<p>Decreto n. 5.077, de 07 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 7 jul. 2020</p>	<p>Altera o Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].</p>
<p>Decreto n. 5.076, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 7 jul. 2020</p>	<p>Cria Grupo de Trabalho com o objetivo de elaboração do Plano Estadual Ferroviário, a fim de propor as diretrizes para a Desestatização e Desenvolvimento Sustentável dos serviços de transporte ferroviário.</p>
<p>Decreto n. 5.069, de 7 de julho de 2020</p> <p>Publicado no D.O.E. de 7 jul. 2020</p>	<p>Prorroga o prazo de que trata o art. 1º, da Lei nº 20.172, de 7 de abril de 2020 [que autoriza a concessão de auxílio emergencial com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná...].</p>

Decreto n. 5.041, de 06 de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2020	Altera o Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020 [que dispõe sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID-19].
Decreto n. 5.040, de 03 de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 3 jul. 2020	Suspende prazos administrativos, em razão da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus – COVID-19.
Decreto n. 4.985, de 03 de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 3 jul. 2020	Acresce dispositivos ao Decreto 4.960, de 2 de julho de 2020, que institui o “Comitê Volta às Aulas”.
Decreto n. 4.961, de 02 de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 2 jul. 2020	Aprova a alteração do Estatuto da PARANAPREVIDÊNCIA, na forma do Anexo a este Decreto.
Decreto n. 4.960, de 2 de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 2 jul. 2020	Institui o “Comitê Volta às Aulas”.
Decreto n. 4.959, de 2 de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 2 jul. 2020	Acresce dispositivos ao Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19].
Decreto n. 4.951, de 1º de julho de 2020 Publicado no D.O.E. de 1º jul. 2020	Altera dispositivos do Decreto nº 4.942, de 30 de junho de 2020 [que dispõe sobre medidas restritivas regionalizadas para o enfrentamento da COVID-19].
Decreto n. 4.943, de 30 de junho de 2020 Publicado no D.O.E. de 30 jun. 2020	Altera o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019 [que fixa normas referentes a execução orçamentária e financeira].

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução n. 79, de 24 de setembro de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 28 set. 2020	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno, referentes à criação do processo de Prestação de Contas de Extinção de Entidade.
Resolução n. 78, de 26 de junho de 2020 Publicada no D.E.T.C. de 6 jul. 2020	Regulamenta o art. 156, da Lei Estadual nº 19.573, de 2018, altera o Regimento Interno e dá outras providências.

3.2 NOTAS TÉCNICAS

<p>Nota Técnica n. 9, de 20 de agosto de 2020 - CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 28 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a possibilidade de concessão de progressões e/ou promoções funcionais, tendo em vista as disposições da LC nº 173/2020, no contexto da pandemia da COVID-19.</p>
<p>Nota Técnica n. 8, de 6 de agosto de 2020 - CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 13 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a possibilidade de criação de benefício assistencial eventual pelos municípios no contexto de enfrentamento aos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19.</p>
<p>Nota Técnica n. 7, de 28 de maio de 2020 - CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 22 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a possibilidade de antecipação de pagamentos para a aquisição de bens destinados ao enfrentamento da COVID-19 e delimita os requisitos.</p>
<p>Nota Técnica n. 6, de 7 de agosto de 2019 - CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 8 ago. 2020</p>	<p>Revoga a Nota Técnica nº 05/2019 - CGF/TCE-PR.</p>
<p>Nota Técnica n. 5, de 1º de julho de 2019 - CGF</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 2 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a forma de instrução a ser adotada pelas Coordenadorias nos processos de contas de gestão, inclusive diante do Tema de Repercussão Geral nº 835 do Supremo Tribunal Federal.</p>

3.3 PORTARIAS SELECIONADAS

<p>Portaria n. 519, de 29 de setembro de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 29 set. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a retomada gradual por fases das atividades (fase um) e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 456, de 24 de agosto de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 26 ago. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>
<p>Portaria n. 412, de 29 de julho de 2020</p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 30 jul. 2020</p>	<p>Dispõe sobre a retomada das atividades presenciais e a tempestividade dos petições dirigidos ao Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>